

DA PEDAGOGIA TRADICIONAL À PEDAGOGIA NOVA: REVERBERAÇÕES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Bruna Gonçalo do Nascimento¹; Francisca Fabiana Bento Correia² Karla Karine Nascimento Fahel Evangelista³; Nívea da Silva Pereira⁴; Maria Marina Dias Cavalcante⁵

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, brunagnascimento23@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, fabianaformacao4@gmail.com

³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará. (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, karine.fahel@aluno.uece.br

⁴Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, niveaece@gmail.com

⁵ Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil, maria.marina@uece.br

Introdução

O surgimento da Pedagogia Nova na educação não ocorreu de forma imediata e/ou descontextualizada, trata-se de um processo histórico vinculado à metamorfoses educacionais, entrelaçada com a Pedagogia Tradicional, no século XIX, a partir da necessidade de mudança de um modelo educacional oriundo do período colonial, no qual a educação estava sob a responsabilidade de congregações religiosas, sobretudo dos padres jesuítas. Nesse contexto, surgiu a Pedagogia Tradicional com o intuito de transformar a educação e promover um avanço em relação ao modelo anterior. No Brasil foi no século XX e na Europa, data do século XVI.

No final do século XIX e início do século XX, surgiu a Pedagogia Nova, propondo a superação da Pedagogia Tradicional. No Brasil, ela se fortaleceu com o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, influenciada pelas ideias de John Dewey e voltada à valorização da iniciativa da criança no processo educativo.

Nessa perspectiva da Pedagogia Nova, a ideia era de que a educação se dava de dentro para fora, com a valorização da criança e de seus interesses, de maneira que a aprendizagem acontece a partir do interesse do indivíduo. Defendia-se o “aprender a aprender” (Saviani, 2021, p. 8), o importante, nessa teoria, não era a aprendizagem e, sim, o seu processo de desenvolvimento. O ensino abstrato não era mais aceitável, não havia espaço para achismo, tornava necessário testar, provar, ter dados empíricos. Tratava-se de um modelo que se apresentava ser “progressista”. Diante das explicações desses dois modelos de educação, tão diferentes e opostos, chega-se até mesmo a uma ideia de bem versus mal.

No entanto, ao relacionar o contexto atual da educação e até aos estudos teóricos sobre ambos os modelos, especialmente com base em Saviani (2021), que discute essas perspectivas em suas obras, ele afirma que a Pedagogia Nova era vista como “[...] a portadora de todas as virtudes, enquanto a pedagogia tradicional é portadora de todos os defeitos e de nenhuma

virtude” (Saviani, 2021, p. 46). Nessa direção, o autor busca desmistificar tanto a visão excessivamente negativa da Pedagogia Tradicional quanto a concepção idealizada da Pedagogia Nova, trazendo uma nova proposta de modelo educacional: a Pedagogia Histórico-Crítica. Contudo, essa nova proposta não desconsidera os modelos educacionais anteriores, uma vez que todos possuem aspectos positivos e se consolidaram de acordo com o período histórico vivenciado, adequando-se, assim, a cada contexto.

Assim, busca-se apresentar como as teorias da Pedagogia Tradicional e Pedagogia Nova ainda se fazem presentes no atual contexto educacional brasileiro. Desse modo, a partir dos fundamentos teóricos que serão apresentados, defende-se, como proposta adequada para a educação, um modelo educacional democrático e crítico, sem, contudo, extinguir, diminuir ou desdenhar dos modelos anteriores, os quais também contribuíram positivamente para o surgimento de novos fundamentos e de propostas educacionais mais condizentes com o contexto histórico vivenciado no século XXI.

Diante disso, surgiu como questão central desse estudo a seguinte indagação: de que modo as reflexões da Pedagogia Tradicional e Pedagogia Nova manifestam-se no atual contexto da educação brasileira? A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral identificar as reflexões da Pedagogia Tradicional e Pedagogia Nova no atual contexto da educação brasileira.

Metodologia

O percurso metodológico deste estudo é qualitativo, pois aspira compreender fenômenos em sua complexidade e subjetividade, que não podem ser quantificados (Minayo, 2023). Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em Marconi e Lakatos (2003), baseada em materiais publicados sobre a temática investigada, como livros, artigos e slides de grupos de estudo.

Para a elaboração deste texto, adotaram-se como base teórica Saviani (2013, 2021, 2025) e Gauthier (2014), a fim de subsidiar as discussões sobre as reflexões da Pedagogia Tradicional e da Pedagogia Nova na educação brasileira atual.

Contexto histórico brasileiro: da Pedagogia Tradicional à Pedagogia Nova

O cenário educacional brasileiro foi marcado por diferentes concepções pedagógicas historicamente construídas, que influenciaram a organização do ensino e as compreensões acerca de homem, sociedade, professor, aluno, ensinar e aprender, dentre outras perspectivas. Embora o foco recaia sobre a transição da Pedagogia Tradicional para a Pedagogia Nova, faz-se necessário um breve resgate do período colonial.

Esse período, que correspondeu dos séculos XVI a XVIII, iniciou-se com a chegada dos jesuítas em 1549, quando encontraram condições favoráveis para a implantação da pedagogia católica. Inicialmente, essa proposta materializou-se no Plano de Nóbrega, denominado “pedagogia brasílica”, adaptado à realidade da colônia. Nóbrega, Anchieta e outros jesuítas deram continuidade a essa orientação por meio da catequese e da instrução, promovendo um processo de aculturação da população colonial, segundo as tradições e os costumes do colonizador. Para atrair os indígenas, a estratégia central consistiu em atuar junto às crianças (Saviani, 2013).

No século XIX, com as mudanças sociais, políticas e econômicas, especialmente a industrialização e a transição do Império para a República, surgiu a necessidade de um

modelo educacional de baixo custo que atendesse à formação básica da população em massa. Nesse contexto, consolidou-se a Pedagogia Tradicional.

Partindo do exposto, na Pedagogia Tradicional se destacou o método lancasteriano, criado por Joseph Lancaster, também conhecido como ensino mútuo e se fundamenta no princípio de que os próprios alunos participam do processo de instrução dos colegas. Conforme destaca Gauthier (2014, p. 157), “o princípio básico do ensino mútuo é que a própria criança se encarregue de ensinar aos seus colegas”. Nesse modelo, o professor instrui o aluno que se destaca, tornando-o monitor, responsável por orientar os demais estudantes que eram considerados fracos.

Esse método caracterizava-se pelo baixo custo e eficiência, pois era econômico, por formar um grande número de crianças ao mesmo tempo. Adota procedimentos de controle rígido, tanto em relação ao tempo, como organização dos conteúdos e de hierarquia entre os sujeitos no ambiente escolar. E como salienta Gauthier (2014, p. 160) “a disciplina é baseada, como antes, num sistema de recompensas e de sanções”. As premiações variam entre escrita de bilhetes aos pais relatando o bom comportamento ou medalhas, enquanto as punições e humilhações eram severas.

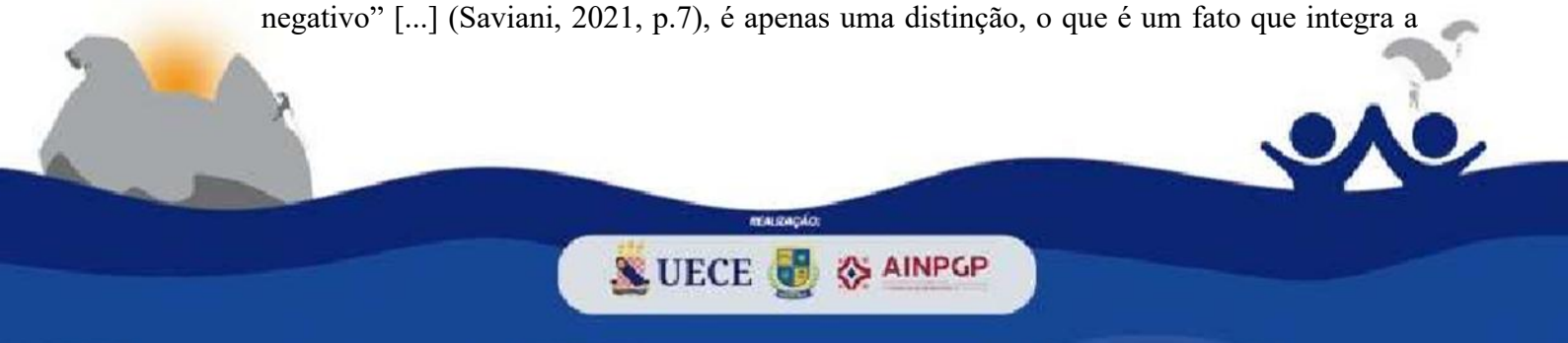
Também nesse período, por volta de meados do século XIX, algumas mudanças foram assentadas quanto a legislação e organização escolar. Assistiu-se ao surgimento de algumas legislações em defesa do ensino primário obrigatório. Diante do exposto, e buscando superar fragilidades do método Lancaster, surge o método intuitivo, denominado também “lições de coisas”, é uma proposta pedagógica que buscava responder às críticas dirigidas ao ensino verbalista e baseado na memorização, típico da Pedagogia Tradicional. Neste método, o ensino deve iniciar-se pela percepção sensível, exigindo que sejam oferecidos aos alunos elementos concretos passíveis de observação direta. Por isso, utilizam-se objetos reais, animais ou suas representações como recursos de ilustração que favorecem à compreensão (Filho, 1995, *apud* Saviani, 2013).

Na década de 1920 o movimento da Escola Nova ganha força e passa a influenciar diversas reformas da instrução pública realizadas no final desse período. Ainda assim, sua difusão encontrou resistência da tendência tradicional, que, na década de 1930, ainda era representada pela hegemonia da Igreja Católica. O que fortemente caracteriza essa mudança, é a defesa da ciência como sinônimo de progresso da sociedade e de uma educação sob a influência da psicologia que favoreceu a imersão de novas abordagens pedagógicas.

A Pedagogia Nova e as reverberações na educação atual

Na Pedagogia Nova, a educação passa a ser compreendida como uma questão nacional e, portanto, como responsabilidade do Estado. Isso remete a uma ideia positiva de que toda a população teria acesso a uma educação de qualidade, o que resultaria na redução das desigualdades sociais e na ampliação da equidade social, de modo que todos teriam, democraticamente, as mesmas oportunidades. Entretanto, isso correspondia ao que se defendia na teoria, pois, na realidade, tal proposta não se concretizou.

Saviani (2021) explica os motivos que impediram essa efetivação. É nesse sentido que ele aborda a questão da marginalidade: para a Pedagogia Nova, os marginalizados eram os rejeitados e os inadaptáveis, entre os quais se incluíam, naquele período, os sujeitos com deficiência, então vistos como “anormais”. [...] “Mas a ‘anormalidade’ não é algo, em si, negativo” [...] (Saviani, 2021, p.7), é apenas uma distinção, o que é um fato que integra a



realidade do indivíduo. Portanto, como uma teoria que se propunha a defender a equidade social, não levava em consideração as especificidades dos sujeitos.

A teoria defendia uma escola e ensino centrado nos interesses dos alunos, com o professor como orientador e uma sala de aula mais interativa e organizada em pequenos grupos. No entanto, por exigir maiores custos, esse modelo não se consolidou como a Pedagogia Tradicional.

Percebe-se que essa proposta gerou impactos negativos, sobretudo para a população filha da classe trabalhadora, isto é, para aqueles que não detinham o poder e que tinham na educação escolar o principal meio de acesso ao conhecimento. Isso porque ela propiciou o “[...] afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, [...] [além de] rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares [...]” (Saviani, 2021, p. 9).

A Escola Nova assumia um duplo sentido, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses do povo, com a ampliação do acesso à educação, não demonstrava preocupação com a aprendizagem dos sujeitos nem com o acesso dos mesmos ao conhecimento historicamente produzido e organizado (Saviani, 2021). Diante disso, a elite passou a demandar um tipo de ensino que atendesse aos interesses da classe dominante, isto é, um ensino mais elaborado, que contribuísse, de fato, para a formação dos sujeitos com base no conhecimento sistematizado. No entanto, esse ensino mais elaborado ficava restrito à classe dominante, única que detinha as condições de acesso a uma formação voltada para profissões de maior prestígio social. Com isso, evidencia-se o dualismo no acesso à educação e o elitismo da Pedagogia Nova.

Assim, tanto a Pedagogia Tradicional quanto a Pedagogia Nova compreendiam a educação como separada da sociedade, atribuindo a ela o poder de resolver, por si só, os problemas sociais. No entanto, Saviani (2021) afirma que questões de ordem política e social interferem na educação e que a escola está submetida aos interesses da sociedade capitalista, dividida em classes antagônicas. Assim, não há interesse, por parte do sistema capitalista, na reconfiguração da escola. Desse modo, Saviani propõe uma teoria revolucionária que atenda, de fato, aos interesses da classe trabalhadora.

A pedagogia revolucionária, isto é, a teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, centra-se “[...] na igualdade essencial entre os homens [...]” (Saviani, 2021, p.52) e defende uma educação voltada à socialização de conteúdos atualizados e historicamente contextualizados. Embora a educação seja entendida como elemento secundário no processo de transformação social, ela mantém papel relevante nesse processo.

Conclusões

Este estudo consiste em identificar as reflexões da Pedagogia Tradicional e Pedagogia Nova no atual contexto da educação brasileira. Atualmente as ideias das teorias da pedagogia tradicional e pedagogia nova continuam presentes em documentos curriculares como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Saviani, 2025). Na visão tradicional observa-se uma sequencialização de conteúdos, o papel prescritivo do professor, fundamentado em um currículo normativo e as avaliações como mecanismos de controle da aprendizagem, pautados em dados quantitativos. Na perspectiva da pedagogia nova percebe-se o foco voltado para desenvolvimento de competências e habilidades, bem como para Aprendizagens Baseadas em Projetos (ABP) e em metodologias ativas. Destacam-se ainda,



o protagonismo estudantil e a sala de aula invertida, aspectos que retratam o “aprender a aprender” e a centralidade de relevância dos métodos de ensino.

Enquanto na Pedagogia Tradicional o foco era no professor e a transmissão de conhecimento, na Pedagogia Nova, o centro passa a ser a autonomia e o interesse do aluno. Nesse contexto, o professor torna-se um facilitador do processo de aprendizagem, e não mais como um intelectual que, por meio de conhecimentos históricos, possibilitaria o confronto e a mediação necessários à aprendizagem. Observa-se, o enfraquecimento da autonomia docente diante de materiais padronizados. Em contrapartida, há o esvaziamento do conhecimento sistematizado, que cede lugar a experiências imediatistas e habilidades processuais, distanciando, sobretudo, os estudantes das classes menos favorecidas do acesso ao conhecimento sistematizado.

Na atualidade nota-se uma ênfase às avaliações de larga escala e culpabilização ao professor pelo fracasso, desconsiderando as condições sociais que atravessam o processo educativo. Nesse contexto, o escolanovismo passou a reverberar na educação sob forma do neotecnismo, materializado em estratégias de gestão e controle, com foco na padronização em plataformas digitais, software e apostilamentos. Assim, conclui-se que tais configurações, embora apresentadas sob uma aparência de inovação pedagógica, acabam por reforçar práticas reguladoras e restringir a efetiva socialização do conhecimento sistematizado.

Palavras-Chave: História da Educação; Teorias Pedagógicas; Educação Brasileira contemporânea.

Referências Bibliográficas

GAUTHIER, Clermont. Da pedagogia tradicional à pedagogia nova. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 153-177.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. cap. 9, p. 174-213.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 9-28.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. cap. 1, p. 3-28.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025. cap. 6, p. 143-166.

